A PEDAGOGIA SOCIAL DE RUA COMO FERRAMENTA DE INTEGRAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO: Desafios e Potencialidades

Ruth Pereira Ribeiro[1]

Francisco Valdinei Dos Santos Anjos [2]

Resumo: Este estudo bibliográfico busca discutir os desafios e potencialidades da pedagogia social de rua como ferramenta de integração e socialização, para compreender a eficácia dessa abordagem educacional, identificando oportunidades de melhoria e adaptação para enfrentar os obstáculos existentes. A pedagogia social é caracterizada como uma reflexão orientada para a ação com o propósito de promover transformações. O pedagogo social de rua atua como um agente social de mudança, desempenhando um trabalho conectado com a família, a comunidade, a cultura e a sociedade. O foco principal do profissional é exercer sua função por meio da educação, contribuindo para a formação de sujeitos e respeitando seus conhecimentos prévios. A atuação do pedagogo adquire um novo caráter, no qual sua função política e social como formador de indivíduos é acentuada. Diferentemente de simplesmente auxiliar os educandos a assimilarem informações de maneira sistematizada, o foco é torná-los autônomos o suficiente para problematizar a realidade ao seu redor, desenvolver pensamento crítico e compreender o mundo, possibilitando a construção de suas próprias vidas com base no ambiente em que estão inseridos.

Palavras-chave: Pedagogia social. Pedagogo. Rua. Educando.

Abstract: This bibliographic study seeks to discuss the challenges and potential of street social pedagogy as a tool for integration and socialization, to understand the effectiveness of this educational approach, identifying opportunities for improvement and adaptation to face existing obstacles. Social pedagogy is characterized as an action-oriented reflection with the purpose of promoting transformations. In this approach, pedagogues act as social agents of change, performing work connected to the family, community, culture and society. The professional's main focus is to exercise his role through education, contributing to the training of individuals and respecting their prior knowledge. The role of the pedagogue acquires a new character, in which his political and social function as a trainer of individuals is accentuated. Different from

[1] Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Email: ruth90038@gmail.com

[2] Professor orientador: Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA e professor da Faculdade de Pedagogia da UFPA– Campus Universitário de Castanhal. E-mail: anjos@ufpa.br

simply helping students to assimilate information in a systematic way, the focus is on making them autonomous enough to problematize the reality around them, develop critical thinking and understand the world, enabling them to build their own lives based on the environment in which they live. that are inserted.
Keywords: Social Pedagogy. Pedagogue. Road. Teaching.

1. Introdução

A Pedagogia tem como uma de suas bases a docência, uma vez que, historicamente, o pedagogo é formado para atuar como docente em espaços escolares. Com as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, a educação deixou de se limitar a sala de aula, mesmo formalmente, e a pedagogia se fez cada vez mais necessária em diferentes ambientes, formais ou não, expandindo suas práticas educativas.

> [...] na escola, na sociedade, na empresa, em espaços formais ou não-formais, escolares ou não escolares, estamos constantemente aprendendo e ensinando. Assim como não há forma única, nem modelo exclusivo de educação, a escola não é o único em que ela acontece, talvez nem seja o mais importante. As transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento de educação como fenômeno multifacetado, que ocorre em muitos lugares, institucionalizados ou não, sob várias modalidades (Frison, 2004, p 88).

Não existe somente um tipo de educação, o processo de ensino-aprendizagem ocorre também fora da escola, em espaços escolares e não escolares, formais ou informais, em empresas, hospitais, espaços jurídicos ou mesmo em um ambiente de rua. Assim como não há uma forma exclusiva de educação, a escola não é o único lugar em que ela ocorre, por isso a importância da formação do pedagogo para a atuação nos espaços não formais da educação.

A escola passa a não ser considera mais um meio produtivo em que a realidade das crianças e jovens de rua se encaixe, pois, suas exigências não se vinculam com a rotina pregada na escola, como por exemplo horários, livros ou regras, suas experiências adquiridas no mundo da rua lhes impedem de se submeter aos padrões convencionais da sala de aula (Carvalho, 1992, p. 158). Desse modo, cresce a real importância de desenvolver uma prática pedagógica não-formal que esteja inserida neste contexto de resgate de crianças e adolescentes de rua, com propostas que levem os mesmo a conhecerem suas possibilidades futuras como cidadão.

A Pedagogia Social de Rua é uma abordagem educacional inovadora que se concentra em levar a aprendizagem para além dos ambientes tradicionais, direcionando-a para as ruas e espaços urbanos. Gadotti (1989) discute o papel do educador social, destacando que suas práticas podem variar significativamente. Ele propõe que, quando a atuação do educador é fundamentada na ignorância do educando, essa prática pode ser caracterizada como

domesticadora. Em contraste, quando a abordagem do educador visa o diálogo e a troca, a prática é considerada libertadora.

Este modelo busca alcançar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, integrando a educação com a realidade social e cultural em que estão inseridos. Ao envolver a comunidade e criar experiências educativas contextualizadas, a Pedagogia Social de Rua visa promover a inclusão, respeitando a diversidade e estimulando o desenvolvimento integral dos indivíduos marginalizados.

O educador na pedagogia social de rua tem o papel de se comprometer com a população atendente visando uma melhoria no desenvolvimento tanto cognitivo como no aspecto social, buscando apresentar de forma pedagógica e psicológica, maneiras que essas crianças possam superar as dificuldades e assim transformar um suposto ciclo de pobreza tanto intelectual como material.

A Resolução CNE/CP n.º 1/2006 estabelece que o pedagogo, além de sua formação docente, possui habilitação para atuar em diversas áreas que demandam conhecimento pedagógico. O foco principal do profissional é exercer sua função por meio da educação, contribuindo para a formação de sujeitos e respeitando seus conhecimentos prévios. A atuação do pedagogo se estende tanto fora quanto dentro do ambiente escolar. O Artigo 5º da referida resolução destaca que:

> O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (Brasil, 2006 p. 88).

A pedagogia social de rua é abordada neste trabalho como uma ferramenta essencial para a integração e socialização, enfrentando desafios e explorando potencialidades. A análise se concentra na compreensão e abordagem da educação em ambientes urbanos desafiadores, examinando práticas pedagógicas específicas direcionadas à educação social de rua. Além disso, o trabalho investiga as dificuldades enfrentadas na implementação da pedagogia social em ambientes urbanos, considerando seu impacto na vida de crianças e adolescentes em situação de rua.

O objetivo é compreender a eficácia dessa abordagem educacional, identificando oportunidades de melhoria e adaptação para enfrentar os obstáculos existentes. A gênese da escolha do tema se deu através do contato com a disciplina “Pedagogia em Ambientes Não escolares”, especialmente durante o estudo sobre a educação em ambientes não formais, conduzindo à exploração da Pedagogia Social de Rua. Embora exista uma quantidade e

qualidade de estudos consideráveis nessa área atualmente, é notável a escassez da prática efetiva da pedagogia social de rua no contexto brasileiro.

Diante desse cenário, a pesquisa foi iniciada visando compreender as razões por trás dessa ausência e explorar as possibilidades e impactos que podem ser alcançados por meio dessa prática. A análise do tema foi realizada mediante uma pesquisa bibliográfica qualitativa, objetivando gerar reflexões e suprimir preconceitos a respeito da pedagogia social de rua, tanto para com os educandos como para os educadores.

2. A PEDAGOGIA SOCIAL DE RUA

2.1 A educação social

O conceito de Educação Social é uma prática inserida na Pedagogia Social, indo além da mera transmissão de informações. A perspectiva adotada reconhece o ser humano como um ser incompleto, em constante desenvolvimento e evolução. Nessa visão, a Educação Social não se restringe a classes sociais específicas, crianças ou grupos considerados "excluídos" pela sociedade. Pelo contrário, é concebida como uma abordagem inclusiva, estendendo-se a todos os indivíduos ao longo de suas vidas.

Os sujeitos da Educação Social, em sua maioria, enfrentam situações econômicas desfavoráveis e desvantagens sociais. No contexto brasileiro, a Educação Social é frequentemente direcionada a populações consideradas não cidadãs. O diálogo entre oprimido e opressor é uma necessidade existencial para a libertação e humanização de ambos, rompendo o ciclo de marginalização.

> “É por isso que o opressor se desumaniza ao desumanizar o oprimido, não importa que coma bem, que vista bem, que durma bem. Não seria possível desumanizar sem desumanizar-se tal a radicalidade social da vocação. Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser” (Freire, 1999, p. 99)

Freire ilustra a desumanização do opressor ao desumanizar o oprimido, destacando a interdependência no processo de libertação mútua. Os educadores que trabalham com grupos marginalizados muitas vezes se sentem marginalizados pela Pedagogia, sendo considerados os "parentes pobres" da Educação escolar. Essa visão, possivelmente, é reforçada pela falta de informação e sistematização das práticas dos educadores sociais de rua.

A Educação Social é comparada a uma trilha alternativa em contraste com a Educação escolar, que segue um caminho mais convencional. A invisibilidade do Educador Social não é uma questão recente, remontando aos anos 1980, após o fim da ditadura no Brasil, os movimentos sociais ganharam força, e os educadores sociais estiveram envolvidos em diversas

iniciativas, contribuindo para a elaboração da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. No contexto atual, destaca-se a luta pelo reconhecimento da Educação Social como uma possibilidade concreta de ampliação do direito à educação, conforme previsto na legislação brasileira.

A Educação Social é um processo contínuo, presente em toda a jornada do ser humano. É necessário a compreensão do ser humano como um ser sensível, perceptível e capaz de transcender em seu meio social. O propósito central da Educação Social é, assim, vinculado ao desenvolvimento humano, abrangendo a totalidade do ser.

2.2 O conceito de "Rua"

Para as crianças e adolescentes de rua, a rua é uma incerteza. Um lugar de sobrevivência física e afetiva que vem das necessidades e rupturas em relação à acolhida, como uma ruptura familiar por exemplo. A rua pode significar um lugar de proteção, para fugir da violência em casa ou no bairro, pela frustação de necessidades ou em busca de uma necessidade não alcançada.

O educador social de rua faz uma espécie de imersão na realidade de quem sofre e vai além dos riscos, e quando falamos de riscos devemos entender que a rua carrega simbolismos marcados por estereótipos e preconceitos. As crianças em situação de rua recebem rotulações como "em situação de abandono", "em situação de risco", "pivete", "marginais", "transgressores". Essas diversidades criam diferentes formas de intervenções educativas.

Não basta apenas analisar sociologicamente, mas fazer uma ponte entre uma análise sociológica que interpreta os problemas da juventude e a ação pedagógica para a inclusão desses jovens socialmente excluídos. O pedagogo social para aplicar seu trabalho nas ruas deve conhecer o ambiente, o educando, suas histórias, os motivos que levaram essas crianças e adolescentes a viverem nessa situação e se estão dispostos a planejarem um projeto de vida. É um trabalho que requer comprometimento, profissionalismo, conhecimento de práticas de intervenção social nas ruas, pois, o educando precisa ter a visão de um adulto positivo, é necessário incialmente conquistar a confiança dessas crianças para que elas entendam qual o objetivo daquela ação e o que deve ser exigido delas para que dê certo.

A rua é um espaço transitório e imediato que torna crianças e adolescentes vulneráveis a violência iminente e impõe a necessidade de consegui comida e atender outras necessidades. O espaço da rua é ocupado por sujeitos que em muitos casos são rejeitados e estão mutilados em seus direitos e sonhos. Na rua o público infanto-juvenil experimenta liberdade sem limites e a responsabilidade de se manter, o que muitas vezes contribui para o estabelecimento de

relações com policiais, traficantes, exploradores e a população em geral. O trabalho do educador social deve se encaixar na sincronia de acordo com Lira 2003:

> [...] ele é o estranho, o invasor, o de fora, aquele que vai alterar um determinado ritmo das coisas e trazer à tona, num aberto quadro de enfrentamento, questões que outros preferiram não ver, quanto mais enfrentar. O Educador Social contribuirá para deflagrar um processo que é ao mesmo tempo diferente, complexo e profundamente transformador (Lira, 2003, p. 209, 210).

[...] o Educador deve conhecer a rua, penetrar seu cotidiano, identificar atores que compõe aquela cena, identificar a criança ou adolescente, alvo da sua ação, observando a dinâmica estabelecida por este e em relação aos outros atores. Esta primeira fase é o momento em que o educador busca construir o vínculo com a criança e o adolescente [...] (Lira, 2003, p. 211). Posteriormente o educando começará a estabelecer relação de confiança, criando um importante momento para mostrar a criança ou adolescente a figura do adulto positivo, aquele que pode se apresentar enquanto a pessoa disponível para auxiliá-lo na construção do seu projeto de vida.

2.3 O Origens e Desenvolvimento da Pedagogia Social de Rua No Brasil

O Código de Menores, instituído em 1927, representou o pioneirismo legislativo na salvaguarda da infância e juventude. Contrapondo-se ao Código Penal de 1890, formulado após o declínio do Império, que permitia a submissão de crianças aos tribunais a partir dos 9 anos de idade de modo análogo aos adultos delinquentes, o Código de Menores estabeleceu a idade de 18 anos como limite, proibindo a detenção de jovens. Em sua substituição, foram propostas medidas socioeducativas, designação contemporânea para tais intervenções. Essas medidas, fundamentadas na premissa da inadequação familiar, imputavam às famílias a responsabilidade pela insuficiência no provimento das necessidades e no desenvolvimento de seus filhos. O intento era a institucionalização de crianças e adolescentes órfãos ou provenientes de "genitores negligentes", visando educá-los e discipliná-los nos âmbitos físico, moral e civil.

Em 1941, surge o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), destinado a atender menores em situação de carência e jovens delinquentes, com o propósito de "institucionalizá-los e estudá-los" (FJP, 1987, p.33). Este serviço era responsável pela gestão de orfanatos e escolas-modelo, que, infelizmente, assumiram a função de reformatórios. Contudo, a instituição falhava em atender às necessidades genuínas dessas crianças e adolescentes, resultando em uma reputação extremamente negativa perante o público e a imprensa. Essa crítica manifestou-se na alcunha pejorativa de "universidade do crime", pois esses locais assemelhavam-se a autênticas prisões, caracterizadas por práticas como torturas, consumo de drogas, violência, abuso sexual e corrupção administrativa (Gomes da Costa, 1991).

Em dezembro de 1964, o Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) resultou na extinção do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), inaugurando a criação de uma entidade normativa centralizada: a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Seu propósito era elaborar e implementar políticas de bem-estar direcionadas a crianças e adolescentes, além de distribuir recursos e financiar as executoras de programas em âmbito estadual, representadas pelas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Apesar da centralização do poder decisório, a Funabem, lamentavelmente, não assumiu um compromisso efetivo com a educação dessas jovens vidas, resultando na manutenção em locais com higiene precária, alimentação inadequada e outros problemas que só vieram à tona mais tarde mediante denúncias.

O desgaste do projeto militar de modernização impulsionou a reorganização da resistência no setor público, resultando na reconquista da liberdade de expressão e maior tolerância do governo às críticas. Associações comunitárias, especialmente as de moradores, foram fortalecidas com apoio político das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. No final da década de 1970, esses grupos emergiram como protagonistas nas políticas públicas e estratégias sociais, conforme apontado por Krischke (1983) e Power (1987). O período foi marcado por denúncias na imprensa sobre as condições enfrentadas por crianças e adolescentes carentes e os abusos nas FEBEMs, culminando, em 1975, na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara dos Deputados em 1976.

> O testemunho da Dra. Lia Junqueira na CPI indignou a nação. Ela mostrou a realidade nas FEBEMs, tomando como exemplo a unidade Sampaio Viana, onde 580 crianças de até seis anos eram atendidas por trinta pessoas. Em conseqüência dessa precariedade, as condições das crianças eram "em geral miseráveis", algumas apresentando assaduras causadas por urina, que muitas vezes lhes subiam até a nuca. Muitas morriam por falta de cuidado, algumas sufocadas por mamadeiras ou até por travesseiros. Outros autores adicionavam detalhes às denúncias da CPI. Luppi (citado em Morais, 1981) listou 23 formas de tortura praticadas nas FEBEMs, incluindo surras com vassouras, isolamento em solitárias sem ar, uso de espetos nos órgãos sexuais, uso de tranquilizantes para 'acalmar' os agitados, afogamentos, estupros, indução ao suicídio e choques elétricos. A CPI confirmou muitas dessas denúncias, e as FEBEMs passaram a ser percebidas pelo público não somente como incompetentes, mas como "do mal". (Oliveira, 2007, p.139).

As políticas públicas voltadas para 'menores delinquentes' e 'meninos de rua' revelam uma notável incompetência, refletindo um discurso que enfatiza a correção e culpabilização das vítimas. Essas políticas refletem o domínio de uma elite que preconiza a exclusão das massas famintas e 'agressivas', consolidando um sistema de classes que busca devolver as classes inferiores à invisibilidade, prisões, manicômios e instituições correcionais.

A análise do problema das crianças abandonadas exige considerar as questões sociais, políticas e econômicas relacionadas à produção da pobreza, contrastando com a visão

tradicional que responsabiliza as famílias dos carentes e infratores pela sua condição (Ianni & Krause, 1975). Enquanto o movimento social pelos direitos da cidadania ganha força, as crianças e adolescentes de rua emergem como uma bandeira legítima e inquestionável, representando as maiores vítimas da injustiça, filhos das favelas e da desigualdade.

No final dos anos 70, surge um grupo de profissionais, denominados Educadores Sociais de Rua, pressionados pela urgência do problema das crianças nas ruas. Com apoio da Igreja Católica e inspirados em pedagogias libertárias, esses educadores, a maioria graduados em antropologia, sociologia ou teologia, adotam uma abordagem profissional e de solidariedade humana para lidar com as crianças e adolescentes, especialmente os mais oprimidos. Este grupo, organizado na praça da Sé, em São Paulo, foi pioneiro no mundo ao se autodenominar Educadores Sociais de Rua, marcando o início de uma prática dedicada a atender e compreender as necessidades desses jovens marginalizados (Oliveira, 2007).

3. Desafios acerca da Pedagogia Social de Rua

As crianças e adolescentes são considerados excluídos porque buscam refugiar-se de suas próprias situações conflitantes – consideram-se um "peso" econômico dentro da família; precisam ajudar com as despesas, entre outras realidades – encontrando na rua uma forma de contribuir, deixando de lado escola, amigos e a infância, pois vivem em função de melhorar as condições familiares, esquecendo de si mesmos.

Atualmente a quantidade de entidades preocupadas com resgaste destes grupos excluídos socialmente aumentou, no entanto, a implementação de políticas públicas educacionais sólidas ainda é um grande desafio pois, com as propostas assistencialistas advindas de um Estado que não se preocupa com a formação de cidadãos preparados para a real política, a dificuldade é ainda maior na realização de programas, parcerias com ONG's e outras instituições que buscam a superação do que Graciani diz a respeito dos efeitos da pobreza que, são reproduzidos em "cascata" através de gerações de famílias pobres, que são resultado da política socioeconômica educacional que tem base na concentração de renda, formando uma sociedade desigual. (Graciani, 1997, p. 25) mostrando-lhes a importância dentro do meio social de forma que descubram suas possibilidades de vida futura.

A partir da resolução do Conselho Nacional de Educação em 2006, que trouxe grandes mudanças no curso de Pedagogia, iniciou-se o processo de evolução onde a Pedagogia e a educação formal iriam sair do ambiente escolar para atuar na rua, em um território desconhecido, em um ambiente onde existem crianças e adolescentes de diferentes níveis de educação. Outrossim, nesse novo desafio o pedagogo ganha uma grande oportunidade de levar

a educação para essas crianças e jovens. A educação nesse ambiente deve ser feita de forma diferenciada, pois a rua é um lugar de sobrevivência e liberdade para muitos deles.

Segundo Carvalho (2004), liberdade, nesse contexto, implica ausência de horários e responsabilidades. Refere-se a um espaço psicológico onde grupos compartilham histórias e problemas similares, permitindo identificação mútua e apoio. O objetivo da Pedagogia social é desenvolvimento humano e esse trabalho também tem a finalidade uma educação libertadora, procurando de forma dialógica compreender o ambiente que essas crianças e adolescentes se encontram, resgatar e incluir, para então desenvolver seu potencial e torná-los cidadãos críticos e participativos da sociedade.

O educador social de Rua é um profissional que desenvolve práticas pedagógicas com suas crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Segundo Freire (1987, p. 64) na troca de saberes e experiência, não na hierarquização. "[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação. Tanto nas escolas quanto na rua, o educador precisa dialogar de forma compreensiva, não só como discentes, mas como seres humanos que necessitam de atenção, levando em consideração seu cotidiano.

> A pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre as práticas educativas. Ela investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos. Portanto, reduzir a ação pedagógica à docência é produzir um reducionismo conceitual, um estreitamento do conceito da pedagogia. (Libâneo, 2002, p. 14).

Muitos desses espaços não escolares em que o pedagogo atua surgem devido às necessidades. Segundo Pimenta (1999) novas características começam a surgir para a formação docente para responder às novas demandas da sociedade, porém surgem também novos desafios, como por exemplo a falta de oferta de disciplinas em ambientes não escolares nos cursos de Pedagogia, ou a substituição do pedagogo nesses espaços. A pedagogia social é caracterizada como uma reflexão orientada para a ação com o propósito de promover transformações. Nessa abordagem, os pedagogos atuam como agentes sociais de mudança, desempenhando um trabalho conectado com a família, a comunidade, a cultura e a sociedade, conforme destacado por Moraes (2010).

> Hoje, a criança, o adolescente e o jovem de e na rua representam, ante ao todo, uma das categorias mais graves quanto ao grau de pobreza, de miséria, de fome, nudez, insalubridade, decsproteção política, ignorância e muitas outras circunstâncias que os caracterizam como um protótipo de agressão social, marcado pelo sofrimento, pela privação e pela expropriação de direitos [...] (Graciani, 1999, p. 110).

Nesse contexto, a atuação do pedagogo adquire um novo caráter, no qual sua função política e social como formador de indivíduos é acentuada. Diferentemente de simplesmente

auxiliar os educandos a assimilarem informações de maneira sistematizada, o foco é torná-los autônomos o suficiente para problematizar a realidade ao seu redor, desenvolver pensamento crítico e compreender o mundo, possibilitando a construção de suas próprias vidas com base no ambiente em que estão inseridos.

A formação em Pedagogia é considerada essencial para o exercício profissional nesse campo, proporcionando uma visão mais abrangente da atuação do pedagogo social. Essa formação oferece a capacidade de compreender e enfrentar os desafios da prática pedagógica em contextos sociais, destacando a importância de uma abordagem que vá além da simples transmissão de conhecimento, priorizando a autonomia e a capacidade crítica dos educandos. (Ceccim; Fonsceca, 1999).

A educação na escola é planejada e sistematizada, os alunos devem seguir objetivos semelhante aos dos outros, já se tratando da educação no espaço não escolar se difere pois não ocorre em sala de aula, mas deve se dar também de maneira organizada, planejada e intencional. Porém a educação que ocorre fora desse espaço ainda é pouco atendida, o grau de estruturação é menor, mas essas dificuldades não diminuem a importância e nem o alcance da educação no espaço não formal.

Com o desenvolvimento da pedagogia social de rua, deve haver por parte dos educandos uma melhoria significativa no referente quadro social encontrado hoje, para que esses sujeitos compreendam que são cidadãos e têm papel importante para a sociedade. A partir das relações que o educando tem com o mundo, consequência de estar com e ao mesmo tempo nele e pelas suas ações de significação e ressignificação, chega ele a ponto de por si só dinamizar a realidade, dominando-a e complementando-a com algo do qual é o autor (Freire, 2000).

Um dos grandes desafios do pedagogo em atuar nos espaços não formais da educação é que sua responsabilidade é ampliada, bem como amplia seu campo de atuação e a necessidade de obter mais embasamentos científicos do âmbito educacional e pedagógico. É necessário melhorar sua formação e ampliá-la, pois, irá atuar em diferentes contextos culturais e educacionais.

A importância de compreender e abordar a educação em contextos urbanos desafiadores é um tema crucial no cenário educacional contemporâneo. À medida que as populações urbanas crescem em todo o mundo, muitos centros urbanos enfrentam desafios complexos que afetam diretamente a qualidade da educação oferecida. Nesse contexto, compreender as particularidades desses ambientes e desenvolver abordagens pedagógicas adaptadas é essencial para promover a equidade e proporcionar oportunidades educacionais eficazes.

Outro dos desafios em contextos urbanos desafiadores é a diversidade socioeconômica e cultural presente nas comunidades. Muitas vezes, as escolas urbanas enfrentam uma grande variedade de evasão escolar, incluindo alunos de famílias de baixa renda, imigrantes, e indivíduos com diferentes níveis de acesso a recursos educacionais. Compreender essa diversidade é fundamental para criar estratégias educacionais inclusivas que atendam às necessidades específicas de cada aluno.

O processo educativo diferente do modelo formal da educação que acontece na escola, existe em diversos espaços onde os indivíduos interagem e trocam saberes. Essas práticas se dão na interação com o meio social, político e cultural. A Pedagogia vai além da escola e esses espaços vêm se modificando constantemente, ressaltando assim que o pedagogo é um profissional que exerce diferentes habilidades, não somente a função de docente.

O educador e educando devem estar em sintonia constante para que o ensino e aprendizagem funcione de uma forma significativa, e os projetos pedagógicos mais utilizados são de alfabetização, teatro, música, e outros envolvendo artes. Isso tudo com um objetivo de mostrar para as crianças e adolescentes que há outras possibilidades de mudanças de vida, principalmente um retorno para escola e para sua família, e o pedagogo tem objetivo de trazer essas mudanças significativas na vida daqueles que sempre foram rejeitados e marginalizados pela sociedade.

A prática do educador social na rua evidencia desafios e complexidades inerentes ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O ambiente de rua é um espaço imediato, transitório e desafiador, onde jovens enfrentam a vulnerabilidade à violência e a necessidade iminente de garantir suas necessidades básicas. Carvalho (2004) destaca a rua como um espaço psicológico de liberdade, onde grupos compartilham histórias semelhantes e encontram identificação e apoio mútuo. Entretanto, essa liberdade é ilusória, aprisionando crianças e jovens em uma falsa sensação de autonomia que dificulta a percepção da cidadania.

A rua é um local ocupado por sujeitos rejeitados e frequentemente privados de direitos e sonhos, tornando-os vulneráveis a relações prejudiciais com diversos atores sociais, como policiais, traficantes e exploradores. São inúmeras as motivações que levam crianças e adolescentes à situação de rua, começando pela desigualdade social, marcada principalmente pelo fim da escravidão, resultando em um grande número de pessoas negras em tal situação; a industrialização; os altos índices de desemprego; uso de drogas; e rupturas no vínculo familiar.

Malvasi (2008) afirma que a vulnerabilidade está associada a determinados aspectos negativos, como exemplo: a falta de garantia dos direitos e oportunidades nas áreas de

educação, saúde e proteção social, o envolvimento com drogas e com situações de violência (doméstica e comunitária), a situação de rua, o trabalho infantil, dentre outras. Essas questões nos levam a pensar em como as crianças e adolescentes em situação de rua percebem a educação, a escola e principalmente o pedagogo, o professor.

Para que o educador social possa garantir uma prática educacional eficaz, é necessário levar em conta que a educação ocorre de forma diferenciada em relação a sala de aula, pois as práticas pedagógicas devem levar em conta esses contextos em que os sujeitos estão inseridos, a forma que enxergam sua realidade e como poderão transformá-la. Além de que o educador precisa ter comprometimento com o educando e tê-lo como um sujeito válido, de direitos, que possui saberes e importância.

O pedagogo social de rua faz uma imersão na realidade do sujeito, investigando as motivações que o levaram a essa situação e como ele se encontra em tal situação. A educação é um direito de todos e possui extrema importância na formação da cidadania e o educador favorece esse processo, porém, esse trabalho se dá em conjunto com uma série de órgãos, iniciando pelas políticas públicas.

Bucci (2001) coloca que as políticas públicas funcionam como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Para Schmidt (2008), as políticas públicas não são setores ou departamentos com vida própria, elas resultam da compreensão e dos processos políticos não fragmentados, que envolvem as questões de interesse da sociedade. No caso de crianças e adolescentes de rua, não podem ser isoladas ou descentralizadas dos objetivos comuns políticos e sociais.

Graciani (1999) ressalta a gravidade da condição das crianças, adolescentes e jovens na rua, caracterizando-os como vítimas de pobreza, miséria, fome e diversas outras circunstâncias que os tornam um protótipo de agressão social. O estigma social associado a eles contribui para a perpetuação de imagens pejorativas, culpando-os por sua situação. Lira (2003) apresenta a rua como um espaço articulado que desafia o educador social. Este profissional é descrito como alguém que altera a dinâmica estabelecida na rua, enfrentando questões que outros preferem ignorar.

O educador social, ao adentrar esse ambiente, busca despertar nas crianças e adolescentes o desejo por uma mudança de realidade e a construção de um projeto de vida que transcenda a situação imediata. A prática do educador social na rua é como um embate, no qual o profissional precisa se encaixar na sincronia do ambiente, contribuindo para deflagrar um processo complexo e transformador. O principal desafio do educador é despertar nas crianças

e jovens o interesse pela mudança e construção de um projeto de vida, superando as dificuldades impostas pelo repúdio social e pelos estigmas associados à vida na rua.

As dificuldades enfrentadas pelo educador social incluem a fragilidade dos laços familiares, escolas inadequadas e a falta de oportunidades de emprego, estágio ou capacitação para essa população marginalizada. A reflexão é feita sobre a necessidade de tirar as crianças e adolescentes da rua, mas surge a pergunta: para onde levá-los?

Carvalho (2004) distingue entre crianças na rua, que mantêm vínculos familiares e utilizam a rua como meio de gerar renda, e crianças de rua, que perderam ou têm vínculos familiares fragilizados, utilizando a rua como espaço de sobrevivência. É de suma importância que o educador social conheça a rua, penetre em seu cotidiano e construa vínculos com as crianças e adolescentes.

O processo educativo deve contemplar procedimentos metodológicos que respeitem a realidade e subjetividade de cada sujeito, adequando-se ao nível de fragilidade presente na vida desses jovens em situação de rua. A relação entre educador e educando deve ser fundamentada na confiança, permitindo que o educador revele um mundo desconhecido ao aprendiz, onde este possa se perceber como igual, nutrir desejos e sonhos. Além de incentivar a construção do projeto de vida do educando, o educador deve acompanhar seus primeiros passos nesse novo momento, proporcionando segurança e apoio, conforme indicado por Lira (2003).

A prática do educador social na rua é um desafio complexo, que exige sensibilidade, compreensão do contexto e a capacidade de estabelecer vínculos significativos para promover a transformação e a construção de projetos de vida para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A atuação do educador social de rua no contexto da realidade vivenciada por crianças e adolescentes em situação de rua é de grande importância, ressaltando a complexidade dessa situação e a distância das políticas públicas.

O educador social desempenha um papel crucial na orientação e formação desses jovens, buscando construir um projeto histórico que permita a eles sonharem e desejarem uma vida fora das ruas. O trabalho do educador social de rua ocorre em meio ao acirramento de questões sociais, como pobreza, marginalidade e violência. Sua abordagem é fundamentada na pedagogia social, visando estabelecer uma conexão com crianças e adolescentes que muitas vezes têm seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados em diversos aspectos.

Conforme proposto por Romans, Petrus e Trilla (2003), as três competências necessárias para o educador social de rua são: conhecimentos gerais, conhecimentos específicos,

capacidades e atitudes. Os conhecimentos gerais referem-se à formação profissional de base, adquirida por meio de estudos universitários, enquanto os conhecimentos específicos podem ser aprendidos ou aprimorados por meio de formação contínua. É enfatizado o conhecimento do meio em que o educador atua.

> Lembremos que o exercício profissional do educador social se baseia na orientação, na melhoria, no enriquecimento e nas contribuições para os processos educativos dos demais, quer dizer, fundamentalmente sua atividade profissional repousa nas suas interações com os usuários e usuárias dos serviços, aspectos que requerem não apenas o conhecimento de técnicas, recursos e métodos, como também, e principalmente, a capacidade de empatia, escuta e resposta em sua relação profissional (Romans; Petrus; Trilla, 2003, p. 128).

As atitudes do educador social no processo educativo devem ser positivas nas relações com os usuários, deve haver sensibilidade ao analisar problemas sociais e uma contribuição criativa e atenta nas atividades é fundamental. A reflexão constante sobre as possibilidades de melhoria no desempenho profissional e o reconhecimento dos limites institucionais são essenciais para tornar as atividades mais agradáveis e evitar uma visão "messiânica" do papel do educador social.

4. Potencialidades e Impactos Positivos da Pedagogia Social de Rua

A Pedagogia Social de Rua representa uma abordagem inovadora no campo educacional, direcionada para contextos urbanos desafiadores, onde muitas vezes prevalecem condições adversas. Esta abordagem destaca-se por sua ênfase na educação fora dos espaços tradicionais, buscando alcançar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, frequentemente excluídos do sistema educacional formal. Ao explorar as potencialidades e impactos positivos da Pedagogia Social de Rua, é possível compreender como essa abordagem contribui para a transformação social e o desenvolvimento individual.

Uma das principais potencialidades da Pedagogia Social de Rua é sua capacidade de se adaptar aos diferentes contextos urbanos, considerando as especificidades de cada comunidade. Os educadores de rua desenvolvem abordagens flexíveis e personalizadas, levando em conta as realidades locais, as necessidades específicas das crianças e jovens atendidos, bem como as dinâmicas sociais presentes na comunidade. Além disso, a Pedagogia Social de Rua valoriza a aprendizagem experiencial e prática.

Ao levar a educação para o ambiente cotidiano das crianças e jovens, essa abordagem promove a contextualização do conhecimento, tornando-o mais relevante e aplicável às suas vidas. Isso pode aumentar o engajamento dos alunos, estimular a curiosidade e desenvolver habilidades práticas essenciais.

> A conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais. Se os homens, como seres que atuam, continuam aderindo a um mundo feito, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade (Freire, 2005, p. 31).

A Pedagogia Social de Rua ou simplesmente Pedagogia das Ruas, possibilita uma nova visão de si mesmo para o educando, gera nas crianças e jovens de rua a oportunidade de ir além da realidade que o cerca, ou melhor, entender a realidade que o cerca, alterá-la e enxergar a possibilidade de novas expectativas em relação ao mundo, desfrutando de sua autonomia, criticidade e atuando como um cidadão participante na sociedade.

O educando não deve apenas existir, deve construir sua própria identidade e intervir no melhoramento da sua condição, buscando o direito de construir uma cidadania igualitária e justa. Se o pedagogo não faz com que esses jovens e crianças percebam-se enquanto oprimidos ou que a sociedade impõe uma perca de consciência, serão incapazes de formular qualquer tipo de pedagogia libertadora, pois o homem precisa romper a opressão que o atinge para entender que é oprimido sem tornar-se opressor.

Como acentuou Freire (2003, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua contribuição” (Freire, 2003, p. 47), por tanto é necessário que haja conexão entre o aluno e o professor, o planejamento deve ser feito para que a criança ou o jovem tenham reflexão e autonomia. Para uma aprendizagem satisfatória por parte do aluno, é necessário que busque, pesquise, investigue e construa conhecimento, e para que a aprendizagem se concretize através do educador é necessário compreender a vivência dessas crianças e jovens, suas realidades e essencialmente suas formas de enxergar o mundo, ensinando-os interpretá-lo e intervir de forma positiva, para que haja a compreensão de que a fração da realidade que o cerca não corresponde à realidade total e ainda mais: o que pode ser alcançado.

A pedagogia social de rua tem como um de seus papéis mais importantes demonstrar que o educando pode ser criador de sua própria realidade sem precisar estar submisso ao poder daqueles que imagina serem os verdadeiros e únicos criadores do mundo, pois o pensamento é produzido por homens e mulheres situados em um contexto e condicionados por ele.

A educação problematizadora diz respeito à condição dos homens e mulheres como seres históricos e à sua historicidade, através dela, os homens percebem, criticamente, como se dá seu lugar no mundo. Diferente da percepção fatalista do mundo a qual enfatiza a concepção bancária, a educação problematizadora propõe aos homens sua situação enquanto problema que deve ser superado através da libertação de si mesmo e do opressor (Freire, 1987).

Nos convencer de que as desigualdades são naturais e fazem parte da vida para garantir uma determinada ordem que mantém os privilégios daqueles que detém o poder é ocultar a

verdade de modo a nos fazer míopes, e aceitamos isso, que a realidade é como contam e aceitamos essa interpretação mesmo que distorcida para que fiquemos dependente da visão de outros. O conceito de ideologia pregado por Paulo Freire não se refere a noção de que a ideologia seria um conjunto sistemático encadeado de ideias, mas parte da definição Marxista de que ideologia deve ser compreendida como um ideário histórico social e político que na verdade oculta a realidade, e o objetivo desse ocultamento é naturalizar as condições históricas de convivência social.

Os impactos positivos da Pedagogia Social de Rua são visíveis na promoção da inclusão social e no combate à exclusão educacional. Ao alcançar crianças e jovens que podem estar fora do sistema escolar tradicional, essa abordagem oferece oportunidades de aprendizado a indivíduos que, de outra forma, poderiam ser abandonados. Isso contribui para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

A Pedagogia Social de Rua desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Ao criar ambientes educacionais que valorizam a escuta ativa, o diálogo e a construção de relações de confiança, essa abordagem fortalece o desenvolvimento emocional e social dos participantes, auxiliando na formação de cidadãos mais conscientes e resilientes, pois nenhuma transformação tem sentido se não partirmos da compreensão de que são os homens e mulheres que fazem história a partir de suas livres decisões.

Há um grande desperdício quando um jovem não tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades, sejam eles esportivos, artísticos ou científicos, por isso é necessário que a educação formal na rua, espaço não-formal seja implementada com consistência e atenção, permitindo com que esses educandos demonstrem seus valores, expressões, sentimentos, preocupações e pensamentos como indivíduos que compõe a sociedade, podendo atuar em diferentes contextos.

4.1 A Pedagogia da Presença

A origem dos instrutores de rua está associada à ideologia cristã que, sendo autodidatas sem formação específica ou supervisão, desenvolveram a "Pedagogia da Presença". Esta abordagem, nascida de encontros semanais nos quais discutiam textos proibidos pela ditadura brasileira, tornou-se a base para a atuação dos educadores sociais, orientada por princípios, posturas e procedimentos centrados na intervenção com crianças em situação de rua.

A "Pedagogia da Presença" desafia os métodos convencionais de "reabilitação social", propondo uma análise crítica da sociedade que destaca a necessidade de sua própria "reabilitação". Diferenciando-se da perspectiva tradicional de ressocialização, que busca a

conformidade total do indivíduo às normas sociais, esta abordagem ressalta a importância de reconhecer e valorizar a vida dos jovens em circunstâncias difíceis.

Gomes da Costa (1991) critica a visão convencional da ressocialização, que se concentra na adaptação comportamental e na integração do jovem à sociedade como um elemento produtivo, ignorando as perspectivas e necessidades do próprio jovem. A "Pedagogia da Presença" enfatiza a reconciliação consigo mesmo e com os outros como passo fundamental para auxiliar jovens a superar desafios pessoais.

> Ressocialização ... geralmente implica uma identidade perfeita entre os hábitos de uma pessoa e as leis e normas que presidem o funcionamento da sociedade. Uma aderência prática à sua dinâmica, uma submissão a seu ritmo, uma total incorporação de seus valores. Em outras palavras, uma adaptação total ... Nesta visão conta a adaptação comportamental: o jovem deve funcionar sem causar dano digno de nota. A sociedade se impõe como valor em si e o mais importante. A perspectiva do jovem não tem importância. Busca-se mudar o comportamento antissocial, os atos delinquentes e outros atos que perturbam a coexistência. Espera-se que o jovem em circunstâncias difíceis se integre à sociedade como um elemento produtivo e obediente sem levantar nenhuma forma de problema social. Neste ponto se diz que o jovem foi 'ressocializado'. (Gomes da Costa, 1991, p.26-7)

A abordagem da Pedagogia da Presença busca uma socialização que proporcione uma vida mais digna e humanizada, rejeitando a adaptação superficial de comportamento. Destaca-se a importância do vínculo significativo e produtivo entre educador e educando, equilibrando proximidade e distância. A ressocialização, nesse contexto, é concebida como um processo que vai além da conformidade superficial, visando uma transformação interna e uma ética pessoal.

A Pedagogia da Presença enfatiza a necessidade de oferecer alternativas reais para jovens em situações vulneráveis, promovendo reciprocidade para gerar transformações mútuas entre educadores e educandos. O sucesso da abordagem é medido pela qualidade do vínculo estabelecido, onde as atividades educativas desempenham um papel fundamental como experiências coletivas essenciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do educador social de rua é crucial diante do aumento da pobreza e marginalização de diversos segmentos populacionais. É necessário objetivar a construção de projetos de vida capazes de transformar a realidade de crianças e adolescentes cujos vínculos familiares encontram-se rompidos ou fragilizados, baseando-se nos princípios dos direitos humanos, rejeitando hierarquizações e priorizando o diálogo franco e aberto como ferramenta essencial para desvelar a realidade. A relação dialógica entre educador e educando é um meio propício para essa compreensão mútua e construção de significados.

A perspectiva adotada pelo educador social não deve oferecer apenas abordagens e aconselhamentos, mas estimular a politização e o empoderamento do público infanto-juvenil em situação de rua. O exemplo e a atuação do educador devem servir como catalisadores para despertar nos jovens o desejo por mudanças significativas em suas vidas. Entretanto, o trabalho com essa população é intrinsecamente complexo e vai além de simples abordagens e aconselhamentos.

A eficácia da atuação dos educadores sociais de rua depende crucialmente de uma retaguarda qualificada, onde os diversos atores, como o Estado, Órgãos da Justiça e a Sociedade Civil, compreendam profundamente suas responsabilidades e enxerguem as crianças e adolescentes em situação de rua como cidadãos detentores de direitos. Não só o trabalho direto com as crianças e adolescentes possui importância, mas também a criação de um ambiente institucional e social que reconheça e promova efetivamente esses direitos, garantindo assim uma atuação consistente e contínua dos educadores sociais de rua, capaz de contribuir de maneira significativa para a transformação de vidas nesse contexto desafiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS:

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006. Seção 1, p. 11.

BRAVIN, Rodrigo. **A prática do educador de rua com crianças e adolescentes de rua**. Vitória-ES,2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2001.

CARVALHO, D. B. B. et al. (org.). **Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas**. Brasília: Plano, 2004.

EDMUNDO, Luiz Paulo. **Instituição: escola de marginalidade**? São Paulo: Cortez, 1987.

ESTACHESKI, B. J, SCHIAVINATO, A. C. **Pedagogia em espaços não escolares**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A 2019, Seção 1.1 / Pedagogia e educação – pg. 13

FJPM, Fundação João Pinheiro. **Projeto diagnóstico integrado para uma nova política do bem-estar do menor**. Brasília: MPAS/Funabem, 1987.

Freire, Paulo. **Paulo Freire e os educadores de rua: uma abordagem crítica**. Brasília: Unicef/ Funabem. 1986

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo, Hoje, v.10).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **O pedagogo em espaços não escolares**: novos desafios. **Ciência**. Porto Alegre: n, 36, p 87-103, jul/dez. 2004

GOMES, Antônio Carlos. **Por uma pedagogia da presença Petrópolis**: Vozes, 1991.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social de Rua**. 3. ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 1999.

IANNI, Otávio; KRAUSE, R. **O menor, a cidade e a lei Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1975.

LIRA, Altair. **Educadores sociais e a exploração sexual infanto-juvenil**: uma proposta, um olhar. 2003. Disponível em: acesso em 10/06/2007.

MALVASI, P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: Eficácia simbólica e dilemas. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**. V. 12 (26), 605-17, 2008.

MATEUS, L. G. **Pivetes, delinquentes, e contadores de histórias**: A fala não autorizada dos "vencidos". 2003. Dissertação Universidade Federal Fluminense, Niterói. ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. Profissão: educador social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Walter F. **Educação Social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas.** Scielo Brasil. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ZG7vK9Rn55VfxsHvw7LndHs/?lang=pt#> Acesso em: 05 abr. 2022.

ORTEGA, L; SANTIAGO, N. A atuação do pedagogo: que profissional é esse? **Pedagogia em ação**, v.1, n.2, p. 29-35, ago. de nov. de 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).